A NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA NA MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE A ERRANÇA CÉTICA E A PESQUISA ÉTICA

Joachin de Melo Azevedo S. Neto*

RESUMO:

O presente trabalho tem como foco discutir as tensões que permeiam os diálogos entre a geração de pesquisadores que é adepta das teses que, com a virada lingüística, nivelaram História e ficção romanesca e os adeptos de uma terceira via entre o realismo e o nominalismo lingüístico, formada, principalmente, por pesquisadores que vivenciaram alguns dos chamados traumas da modernidade. No campo desse debate, destaco os posicionamentos do historiador italiano Carlo Ginzburg e do filósofo da linguagem Paul Ricouer, pois ambos sugerem, por meio de um debate muito sofisticado, elementos suficientes para a refutação do ceticismo dito pós-moderno, no campo da narrativa historiográfica.

***PALAVRAS-CHAVE**:* virada lingüística – historiografia – ética – literatura – modernidade

ABSTRACT:

This paper focuses on discussing the tensions that permeate the dialogue between the generation of researchers who are supporter of the thesis that the linguistic turn, grade history and fiction romanesque and supporters of a third way between realism and nominalism language, formed mainly by experienced researchers who called some of the traumas of modernity. In the field of debate, highlight the positions of the Italian historian Carlo Ginzburg and the philosopher of language Paul Ricouer because both suggest, using a very sophisticated discussion, sufficient for the refutation of skepticism said post-modern, in the field. of historiography narrative.

KEY WORDS: linguistic turn - historiography - ethics - literature - modern

RESUMÉ:

Ce papier se concentre sur l'examen des tensions qui imprègnent le dialogue entre la génération de chercheurs qui sont en faveur de la thèse que le tournant linguistique, le grade, l'histoire et les romans de fiction et les partisans d'une troisième voie entre

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), orientando do Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha e bolsista pela CAPES. E-mail: joaquim.de.melo@gmail.com

le réalisme et le nominalisme langue, formé principalement par des chercheurs expérimentés qui ont appelé des traumas de la modernité. Dans le domaine du débat public, souligner les positions de l'historien italien Carlo Ginzburg et le philosophe de la langue Paul Ricouer parce que les deux suggérer, au moyen d'une discussion très sophistiquée, suffisante pour la réfutation de scepticisme dit post-moderne, dans le domaine de l'historiographie narrative.

MOTS CLÉS: linguistic turn - historiographie - ethique - literature - modern

O presente trabalho tem como foco discutir as tensões que permeiam os diálogos entre a geração de pesquisadores que é adepta das teses que, com a virada lingüística, nivelaram História e ficção romanesca e os adeptos de uma terceira via entre o realismo e o nominalismo lingüístico, formada, principalmente, por pesquisadores que vivenciaram alguns dos chamados traumas da modernidade. No campo desse debate, destaco os posicionamentos do historiador italiano Carlo Ginzburg e do filósofo da linguagem Paul Ricouer, pois ambos sugerem, por meio de um debate muito sofisticado, elementos suficientes para a refutação do ceticismo dito pós-moderno, no campo da narrativa historiográfica.

Pretendo discutir, apesar das limitações de espaço impostas pela formatação que um artigo impõe, os principais argumentos de Ginzburg e Ricouer contra o que os citados autores acusam de ceticismo pós-moderno. A principal intenção deste trabalho é buscar contribuir com uma reflexão sobre os possíveis caminhos que levem os historiadores a superarem essa dicotomia contemporânea, no campo da disciplina, entre os determinismos do realismo e o ceticismo radical, tal qual é exaltado atualmente por nomes relevantes na Historiografia nacional, como Durval Muniz Albuquerque Jr.

No texto *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1989), Carlo Ginzburg discorre sobre a construção de um paradigma, no âmbito das Ciências Humanas, a partir do século XIX, que pode sugerir novas possibilidades teóricas e metodológicas diante da polarização entre racionalismo e irracionalismo, ou seja, mimeses e anti-mimeses nas ciências humanas.

> A partir de artigos de Ivan Lermolieff (pseudônimo do crítico italiano de arte Giovanni Morelli) publicados em uma revista alemã, por volta de 1874 a 1876, Ginzburg atenta para as propostas metodológicas de analise das pinturas aconselhadas por Morelli, que despertaram vários debates e estabeleceram critérios seguros para se distinguir entre uma obra original e uma cópia falsificada dos quadros dos mestres da pintura italiana.

O método de Morelli para se distinguir originais e cópias, partia do pressuposto de que *"é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis dos quadros"*, mas atentar para indícios, *"os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia"* (GINZBURG, 1989, p. 144). Na época, O método de Morelli auxiliou a nomear várias obras de mestres da pintura européia não assinadas e a uma catalogação mais precisa dessas obras, porém, foi, posteriormente, bastante criticado nos círculos de arte pela forma determinista que aparentava para alguns. Ginzburg, apesar de também ver que o método de Morelli traduz uma postura moderna em relação à arte, busca por implicações mais profundas, de ordem filológica, encontradas no método morelliano.

Nesse sentido, partindo das considerações de Wind sobre as semelhanças entre o método indiciário de Morelli e a postura detetivesca do personagem de romances policiais Sherlock Holmes, criado pelo inglês Arthur Conan Doyle, Ginzburg (1989, p. 145) considera que *"o conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria"*. Ainda seguindo os rastros do raciocínio de Wind, Ginzburg chega ao terceiro autor que completaria a tríade responsável por uma sofisticação intelectual de um paradigma que encontra suas origens em períodos mais remotos que a do fim do século XIX: trata-se do pai da psicanálise Freud.

Para Ginzburg (1989, p. 148), Freud foi influenciado *"numa fase muito anterior a descoberta da psicanálise"* pelo método morelliano, através da leitura de seus textos sobre arte italiana, se apropriando desse método para desenvolver o gosto pela analise interpretativa de resíduos, aspectos periféricos, porém reveladores das personalidades. *"Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais 'baixos', forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito"* (GINZBURG, 1989, p. 150).

Nesse caso, o eixo que interliga a tríade Morelli, Holmes e Freud é a assertiva de que as possibilidades de elucidação em torno de uma problemática são ampliadas na medida em que o investigador seja da arte, da criminologia ou psique, esteja atento para sinais ou pistas que são deixadas pelo seu objeto: *"pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Holmes) e signos pictóricos (no caso de Morelli)"* (GINZBURG, 1989, p. 150). Dentro desse prisma, existia uma relação mais reveladora da afinidade entre três intelectuais que atuaram em esferas do saber diferentes: apesar de se destacarem no âmbito da história da arte (Morelli), da psicanálise (Freud) e literatura (Conan Doyle), os três autores tiveram em comum a

atuação em cursos de Medicina. Nesse sentido, o paradigma indiciário nada é mais que uma extensão do *"modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo"* (GINZBURG, 1989, p. 151).

Porém, para Ginzburg (1989, p. 151), apesar do paradigma indiciário nas Ciências Humanas ter sido gestado a partir do método semiótico aplicada nos pacientes pelos médicos, que buscam precisão no veredicto sobre a saúde do paciente a partir dos sintomas apresentados pelo mesmo, o método indiciário acompanha os homens desde os tempos mais imemoriais da história, ou seja, desde quando o homem *"aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufos de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais"*.

Comparando a forma que o paradigma indiciário adquire na modernidade com a forma de um tapete, cujos fios epistemológicos entrecruzam-se formando figuras interligando o antigo e o moderno que constroem essa aparência mórfica para o saber indiciário, Ginzburg (1989, p. 171) começa a "desfiar" esse tapete, pois *"uma coisa é analisar pegadas, astros, fezes (...), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro. Outra é analisar escritas, pinturas ou discursos"*. A partir daí, Ginzburg recorre a diversos conceitos cunhados por Marx para pensar os modos que o saber individualizante foram usados pela ordem dominante, durante a consolidação do capitalismo industrial, para dar inicio a *"criminalização da luta de classes"*, colocando em prática um *"projeto geral, mais ou menos consciente, de controle generalizado e sutil sobre a sociedade"* (GINZBURG, 1989, p. 173).

Finalizando suas reflexões com uma indagação sobre a flexibilidade do paradigma indiciário, Ginzburg considera que o saber indiciário é volúvel, tendo de adaptar-se a cada circunstância em que é aplicado, seja na analise morelliana da arte, nas elucidações detetivescas de Holmes, na interpretação analítica da psique de Freud, durante a consolidação da ordem burguesa ou no gesto do caçador que quer encontrar sua presa seguindo suas pegadas em uma floresta. Assim, a intuição indiciária une estreitamente o animal homem as outras espécies animais.

> Na obra *Relações de força: história, retórica, prova* (2002), Carlo Ginzburg ressalta bem que a literatura, enquanto objeto estético, destinada, por meio de uma tradição moderna, a agradar e a comover, desde públicos massificados até leitores intelectualmente mais exigentes, é um dos campos que os céticos nominalistas mais se sentem à vontade para se referirem aos textos historiográficos. Para o autor, essa postura é:

> (...) simplista porque examina, normalmente, só o produto final literário sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas, etc.) que o tornaram possível. Deveríamos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, no interior do processo de pesquisa, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. (GINZBURG, 2002, p. 114)

A idéia de que a escrita é uma construção estética que parte geralmente de uma iniciativa individual, mas que possui um rico potencial cognitivo no que diz respeito à representação de determinados aspectos da vida social não é levada em conta pelos céticos. Estes resgatam uma noção purista da literatura, na qual, encerrando-se na dimensão lingüística, a arte não apresenta conexões com o contexto no qual foi produzida.

Portanto, o que está em questão não é tratar a literatura como uma espécie de narrativa inferior à narrativa historiográfica ou algo ameaçador, segundo a opinião de Durval Muniz Albuquerque Jr., os historiadores que não são adeptos do nominalismo fazem.[1] O próprio título da coletânea de artigos do autor na qual está contida essa opinião chama-se *História: a arte de inventar o passado* (2007): trata-se de uma nítida provocação a esse debate contemporâneo entre história e ficção. Porém, é importante ter certa cautela com essa noção de que o historiador inventa o passado, pois, conforme já advertiu Sandra J. Pesavento (1997, p. 820), o historiador *"(...) não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferido-lhe o estatuto de fonte"*.

Abolir as fronteiras entre história e ficção, como propõe Durval Muniz, só iria desembocar em uma espécie de irracionalismo estético, empobrecendo as especificidades de ambas as áreas. Deixando de lado essa proposta irresponsável, praticamente anárquica, pode-se refletir de maneira mais coerente, sobre as fronteiras que existem entre narrativa literária e histórica e também sobre os deslocamentos possíveis entre esses saberes, pois, comumente, o historiador tanto precisa recorrer as artimanhas do estilo para tornar a pesquisa inteligível aos seus pares e ao público que se interessa pela área, quanto o literato sente necessidade de inserir em sua trama uma inscrição histórica.

[1] No artigo *A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero?*, publicado em *História: a arte de inventar o passado* (2007), Durval Muniz chega a indagar porque os historiadores temem tanto a literatura. Falar em um possível medo que os historiadores tem da literatura, tal qual o nutrido por Ranke, na contemporaneidade, é um tremendo maniqueísmo. Ao se referir aos outros historiadores que fizeram escolhas diferentes das teorias do discurso e do ceticismo pós-moderno como se estivessem ainda no tempo da escola metódica, no século XIX, Durval Muniz é que está sendo anacrônico, além de radical.

A noção de que a história é uma modalidade de ficção, mas controlada, é passível de questionamentos, pois ao meu ver, muito mais coerente do que encarar a história como *"romance verídico"* (PESAVENTO, 1997, p. 820), conceito bastante híbrido, seria conceber a história enquanto um saber, que passível de construções e desconstruções, não perde suas caracterítisticas enquanto forma de conhecimento humano.

Escrever história, mas que inventar o passado, é antes de tudo uma busca pela compreensão dos espaços em branco do tempo e por tornar o outro inteligível aos contemporâneos. Tamanha responsabilidade não seria passível de prática somente através da imaginação artística, a qual o literato pode entregar-se a seu bel prazer. Evidentemente, essa entrega a criatividade artística não tem nada de negativa ou de condenável no caso do ofício do literato, mas no caso do historiador esse aspecto da elaboração da narrativa é submetido a certas preocupações heurísticas diferentes das de um escritor romancista, por exemplo.

Evidentemente, Sandra Pesavento admite no artigo *Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura* (1997), do qual foi retirada a citação anterior, a presença de uma imaginação criadora que imbui a produção historiográfica de significado e coerência. A autora realiza todo um esforço teórico para discutir os limites no ofício do historiador que filtram o uso dessa imaginação, inclusive, elencando a própria consulta as fontes como um desses filtros, mas termina por considerar a narrativa historiográfica como *ficção controlada*, o que contradiz seus esforços argumentativos em defesa das hierarquias de verossimilhança do texto historiográfico.

O resgate de Nietzsche, um verdadeiro *"santo padroeiro do pós-modernismo"* (Cf. BLACKBURN, 2006, p. 129), que se encontra, por exemplo, nas posturas de lingüistas como Roland Barthes e Hayden White é algo passível de compreensão. O elogio de Nietzsche a Tucídides, quando o historiador grego narra o episódio do massacre dos habitantes da ilha de Milo, na Guerra do Peloponeso, que se rebelaram contra Atenas, remete a uma discussão entre as razões da justiça e as razões do poder.

Como irá mostrar Dionísio de Halicarnasso, 300 anos depois, os testemunhos de Tucídides sobre o evento, por mais realistas que se pretendam, não possuem credibilidade, pois ele estava exilado na Trácia, jamais podendo ter presenciado diretamente ou indiretamente o diálogo entre mélios e atenienses. O massacre com requintes de crueldade promovido pelos atenienses que Tucídides narrou é uma forma de atacar o sistema político que o exilou, embasado em *"uma arte para seduzir a maioria com argumentos atraentes e falaciosos"* (GINZBURG, 2002, p. 18).

Nos diálogos entre Sócrates e Platão com os retóricos, sobretudo o que bebiam da mesma fonte que Górgias, Carlo Ginzburg evidencia como essas arengas remetiam a uma competição de dimensão mais sérias: os retóricos, como Cálicles, acusados de demagogia, defendendo uma forma de democracia imposta ainda pela força, de cima para baixo, não sabiam o que era política na visão dos filósofos. Veremos como essa discussão remete a Nietzsche e os citados céticos nominalistas.

Nietzsche, durante a juventude, ao enveredar pela filologia clássica, irá tomar como ponto de partida para suas reflexões uma série de temáticas encontradas em Cálicles, como *"o domínio do mais forte sobre o mais fraco determinado por uma lei da natureza (...), a moral e o direito como projeções dos interesses de uma maioria de fracos; a submissão à injustiça definida como moral para escravos"* (GINZBURG, 2002, p. 22). Nietzsche vai modernizar o embate entre retóricos e Sócrates, afirmando que a idéia de verdade é uma ilusão que encontra coerência apenas na linguagem.

A verdade enquanto um exército móbil de metáforas, expressada através de um estilo narrativo que poderia convencer uma multidão a acreditar nas mais tênues mentiras, como é percebida em Nietzsche irão fomentar seu relativismo em torno da idéia de estilo e sua crítica aos preconceitos antropocêntricos. Para Ginzburg (2002, p. 31) é impossível compreender a ridicularização que o filósofo faz sobre a descoberta do conhecimento humano e as circunstâncias de seu rompimento com Schopenhauer sem contextualizá-lo em uma *"crise de cepticismo moral"*, provocada pelo rompimento com o universo religioso protestante do qual sua família fazia parte, pela sua rejeição nos meios acadêmicos e pelo ateísmo militante que assumiu.

Nesse sentido, Nietzsche irá desmontar as concepções de verdade calcificadas por Lutero e que fundamentavam o cristianismo protestante alemão de que o verbo é verdade. Nietzsche irá responder a pergunta feita por Pilatos a Cristo:

> O que é a verdade então? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias. (NIETZSCHE, 1996, p. 37)

Eis aí a gênese da hostilidade nietzschiana ao cristianismo. Estamos agora nos anos 70 do século xx. Paul de Man faz uma apropriação do teor de *Acerca da verdade e da mentira* e elabora um texto que se torna uma das matrizes do desconstrucionismo. No encontro onde o citado texto é apresentado, Robert Gates cobra de Paul de Man uma maior relação entre a filosofia de Nietzsche com alguns impasses políticos vividos na época, como a Guerra do Vietnã e com o próprio Reich. A

resposta de Paul de Man é que a filosofia de Nietzsche situa-se apenas no nível da ironia e que essas questões não encontram ressonância em seu pensamento. [2]

Nesse sentido, Ginzburg (2002, p. 34) realiza um arguto resgate do Paul de Man anti-semita da década de 40 que andou divulgando textos de teor preconceituosos. Paul de Man se valerá de uma máscara enquanto tradutor de Jorge Luis Borges, para o inglês, para ocultar um passado que para ele seria apenas motivo de culpa e vergonha. Esse ceticismo de Paul de Man, embora sofisticado é *"existencialmente frágil"*. Essa tentativa desesperada de fuga da história almejada por De Man *"se enquadra historicamente"* (GINZBURG, 2002, p. 35). A fuga da realidade que De Man realiza tem dimensões mais trágicas em Sarah Kofman que após escrever um livro sobre Nietzsche e a metáfora, onde narra sua infância de garota judia submetida ao jugo do nazismo, nos guetos, comete suicídio.

Embora *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral* tenha inspirado o relativismo em sua acepção mais radical nas ciências humanas, a referência mor dos protagonistas da virada lingüística para se referirem à história é o texto *Sobre a utilidade e os prejuízos da história para a vida* (2000), de Nietzsche: sujeita as imprevisibilidades dos sujeitos, a história é vista como um jogo de forças contraditórias que tanto podem estar em harmonia com a vida, como em conflito. Ao contrário de enxergar o sentido histórico da modernidade enquanto um progresso, o filósofo alemão ressalta que o progresso é apenas uma faceta de um percurso múltiplo do mundo, opondo-se as concepções românticas, idealistas e cientificistas da história.

Para Nietzsche, as três esferas conceituais nas quais encontramos a relação entre historia e vida são: 1) A história monumental: modalidade marcada pelo sentimento de nostalgia e uma apatia ferrenha pelo presente. 2) A história tradicional: nessa modalidade, o historiador ou sujeito histórico não passaria de um mero antiquário colecionador de fatos. 3) A história crítica: mesmo que essa modalidade possa desembocar em um pessimismo profundo quando pautada em uma busca por justiça, é, para Nietzsche, a única forma de pôr a história a favor da vida.

[2] No ensaio em que exerce uma crítica ao ceticismo nietzschiniano, Simon Blackburn (2006) considera que a desconfiança de Nietzsche em relação a categorias conceituais fechadas em si é perfeitamente plausível e que essa crítica a noção de verdade do filósofo, pode ser interpretada como, na verdade, uma crítica a unilateridade do pensamento. Mas S. Blackburn evita cair no ceticismo irracional a partir da premissa de que várias perspectivas, várias noções sobre um mesmo acontecimento e o privilégio humano de poder construir versões diferentes de um mesmo fato não implica que ele não aconteceu e então não devemos, necessariamente, cair nesse tipo de niilismo. Uma forma muito pertinente de escapar do ceticismo determinista é pluralizar a realidade, criando diversas possibilidades interpretativas para a mesma.

De forma bastante didática, Noéli Melo Sobrinho, na apresentação comentada da edição brasileira dos *Escritos sobre história*, de Nietzsche, resume os principais argumentos que embasaram a empreitada do filósofo contra o estatuto científico da História em sua época:

> (...) os objetos da história não podiam efetivamente ser alvo de um tratamento científico, porque eram produções da cultura, expressões dos seus valores e das suas ilusões. Apesar das pretensões cientificistas dos historiadores, o sentido histórico consistia em uma apreciação antropomórfica dos acontecimentos, uma interpretação transfiguradora, uma perspectiva, uma interpretação que não podia reivindicar para si nem a objetividade dos fatos, nem a sua neutralidade diante das coisas passadas: "não há fatos, há apenas interpretações", e nenhuma interpretação é definitivamente adequada à realidade ou neutra diante dela: sempre se fala de algum lugar, a partir de certos valores, em circunstâncias diversas do ambiente e do ânimo. (MELO SOBRINHO, 2005, p. 45)

Segundo Paul Ricouer, essa reflexão intempestiva de Nietzsche, que endossa sua contestação gigantesca da modernidade, acaba se tornando um panfleto em defesa de uma história justiceira. Contribuindo para a difusão de uma má interpretação do tema hegeliano sobre o fim da história e que é recepcionada pelos céticos pós-modernos como um modelo epistêmico, capaz de abalar as pretensões científicas do conhecimento humano, *Sobre a utilidade e os prejuízos da história para a vida* remete, conforme já foi dito, a uma:

> (...) espécie de tipologia que tornou famoso esse ensaio de Nietzsche, a distinção entre história *monumental*, história ao *modo antiquário* (*antiquarische*) e história *crítica*, não é de modo algum uma tipologia (...) epistemológica. Ainda menos representa ela uma progressão ordenada em função de uma forma rainha, como a história filosófica em Hegel (assim, o terceiro termo de Nietzsche ocupa o segundo lugar em Hegel, o que tem sua importância. Talvez até a tripartição de Nietzsche tenha uma relação irônica com a de Hegel). Trata-se, a cada vez, de uma *figura cultural* e não de um modo epistemológico [grifos do autor]. (RICOUER, 2007, p. 401)

É nesse sentido que podemos perceber que os céticos relativistas ao posarem de portadores de uma verdadeira novidade epistemológica, nos anos 60, com base em uma nova leitura de Nietzsche, estavam munidos de uma série de motivos extracientificos, pessoais. Derrida, ao tecer sua critica ao estruturalismo de Levi-Strauss, almejando abster-se de qualquer desejo de escolha, seguindo os rastros de Nietzsche, encanta mais ainda *"os herdeiros dos colonizadores e os herdeiros dos colonizados"* (GINZBURG, 2002, p. 36). Ginzburg encontra no pensamento desse filosofo francês vestígios da retórica da inocência moderna, que tenta redimir os crimes do Ocidente.

A idéia de que narrativa histórica e narrativa ficcional não se distinguem é bastante cômoda para quem quer, de uma forma até desesperada, se libertar de um

passado responsável por momentos de desencantamentos políticos e existenciais, como coloca, de forma incisiva, Carlo Ginzburg. Não foi ao acaso que no caso do Brasil, após a queda do Muro de Berlin e a divulgação dos crimes cometidos pelo stalinismo, muitos intelectuais, ferrenhamente adeptos de uma historiografia que depositava todas suas esperanças nos desfechos de uma luta de classes que favoreceria os excluídos, buscaram refúgio e explicações para a história, que foi capaz de lhes pregar uma peça tão cruel, no pensamento nominalista.

Para exemplificar o quanto de intenções políticas existe no nivelamento entre história e ficção, posso citar Durval Muniz, no artigo *História: a arte da inventar o passado*, que intitula a sua obra, defendendo a condição de uma suposta *"pós-modernidade como a nossa condição histórica, a nossa episteme"* (Albuquerque Jr, 2007, p. 55). Aqui temos o autor que fala em morte das metanarrativas, elaborando ele próprio uma série de metanarrativas para explicar a genealogia da pós-modernidade, de forma bastante estruturalista, inclusive, quando chega a depositar no fato do ataque atômico sofrido pelo Japão, na II Guerra Mundial, e a invenção do chip as razões maiores dessa pós-modernidade.

Essas generalizações são bastante perigosas. Nem todos os historiadores partilham dessa crença no irracionalismo ou trabalham com a analise linguística das fontes. Nesse caso, céticos estão aqueles que escolheram o nominalismo como lugar epistêmico para escrever historiograficamente. Como representante bastante gabaritado dessa tendência, Durval Muniz busca defender, na mais pura tradição política, um lugar institucional que faça sua voz ser ouvida e assimilada no espaço acadêmico. Eis aí um nítido exemplo de uso das chamadas relações de força, que sempre estão presentes em disputas acadêmicas. Dito de outro modo, o que quero expor é que existem várias possibilidades de abordagens historiográficas, nem por isso menos válidas, que partem de hipóteses e diretrizes bastante antagônicas as da episteme dita "pós-moderna".

No ensaio *Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica*, Paul Ricoeur realiza um exercício complexo de reflexão sobre a relação entre a realidade do passado com o nosso presente inacabado e as expectativas para o futuro. Acatando a noção, que me parece mais sensata, de que, por sermos seres afetados pelo passado, a modernidade trata-se de um projeto ainda inacabado, Ricoeur (2007, p. 372) se posiciona justamente *"(...) contra o adágio que pretende que o futuro seja em todos os aspectos aberto e contingente, e o passado univocadamente fechado e necessário"*, sugerindo que *"é preciso tornar essas experiências mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada"*.

Não quero entrar no mérito do debate que envolve as diversas críticas realizadas por intelectuais de diferentes matizes ao jargão acadêmico de pós-modernidade [3], pois acatar esse desafio desviaria bastante a proposta original desse capitulo. O que chamo a atenção é para que, valendo-se de um aporte teórico e conceitual em Nietzsche e Hayden White, Durval Muniz utiliza o discurso da existência de uma pós-modernidade , enquanto contexto histórico marcado pelo cinismo e desilusão, para generalizar que"*estamos céticos quanto à possibilidade de se conhecer o passado"* e que *"pensamos, hoje, o passado como invenção, de que fizeram parte sucessivas camadas de discursos e práticas"* (ALBUQUERQUE Jr, 2007, p. 61).

Paul Ricouer é bastante contundente quando, partindo de uma contestação ao conceito de descontinuidade presente na *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault, concebe que a possibilidade de uma ruptura brusca com o passado é possível somente no plano das epistemologias e, mesmo assim, *"as rupturas epistemológicas não impedem que as sociedades existam de maneira contínua em outros registros – institucionais ou outros – do que os dos saberes"* (RICOUER, 2007, p. 375). Essa postura sofista ligada à oposição entre discurso e realidade social, tratada, sobretudo, como política, é refutada por Ricoeur, que propõe que a linguagem seja pensada nas condições sociais de seu exercício, ao invés de dissociada delas:

> (...) recolocando a linguagem, em que a hermenêutica parece encerrar-se, numa constelação maior, que também comporta o trabalho e a dominação; aos olhos da crítica materialista que se segue, a prática da linguagem revela-se como a sede de distorções sistemáticas que resistem à ação corretiva que uma filologia generalizada – o que a hermenêutica parece ser, em última analíse – aplica à mera má compreensão inerente ao uso da linguagem, uma vez arbitrariamente separada da sua condição social de exercício. É assim que uma presunção de ideologia pesa sobre toda pretensão de verdade. (RICOUER, 2007, p. 385)

Ainda recorrendo a Paul Ricoeur, em sua crítica a noção de descontinuidade histórica, endossado por essa historiografia, pretensamente pós-moderna, pode-se pensar que a própria linguagem, terreno preferido dos céticos para criticarem a

[3] Como ponto de partida para os interessados nesse debate, recomendo a leitura da obra *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1986), de Marshall Berman. Na obra mencionada, o autor analisa a modernidade enquanto um conjunto de experiências vivenciadas ao longo de cinco séculos em um âmbito de constantes paradoxos, de conflitos, contradições, inflexões e transformações. Para o filósofo, a modernidade pode ser dividida em três fases: a primeira vivenciada ao longo do século XVI até o XVIII na qual os embriões da modernidade se desenvolveram. Na segunda, no século XIX, ocorrem diversas revoluções de âmbitos sociais, políticas e culturais; são presenciados os primeiros choques entre transformação e continuidades. Na última fase, a partir do século XX, a modernidade expande-se constantemente gerando uma fragmentação que desliga as pessoas da própria idéia de modernidade. Conclui-se, portanto, que alguns teóricos consideram como pós-moderno um tempo marcado ainda por características e contradições bastante modernas.

historiografia, é ela própria um sistema de códigos no qual está contido toda uma tradição e relação de herança com o passado.

Assim, como exemplo de uma proposta epistêmica bastante diferente da "pós-moderna", a hermenêutica da consciência histórica proposta por Ricoeur (2007, p. 390) está pautada, sobretudo, além das noções de tradição e herança temporal, na de rastro. O rastro seria uma marca que não deixa dúvidas em relação à continuidade entre presente e passado, designando *"pela materialidade da marca, a exterioridade do passado, a saber, sua inscrição no tempo do universo"*. A manipulação desses rastros pelo historiador para se tornarem fontes decifráveis, documentais, estaria ligada a necessidade humana da *"crítica das tradições. Mas esta não é, afinal, senão uma variante no estilo da tradicionalidade"*. Acerca dessas preocupações entre elaborar nexos plausíveis entre os rastros de uma tradição histórica e o presente, também se englobam questões como as políticas da justa memória e de dívida com o passado, além das tensões entre elaboração narrativa, consulta e hermenêutica das fontes, que, como já foi salientado, não são levadas a sério pelos céticos pós-modernos.

Como se pode perceber, as disputas contemporâneas que envolvem o debate entre narrativa ficcional e historiográfica envolvem interesses políticos, intelectuais, morais e, inclusive, disputas pelo direito a memória. Literatura e história têm uma origem comum, que seria na lenda e no mito, na antiguidade clássica. O que é evidenciado como novidade epistêmica, dita pós-moderna, trata-se de uma leitura moderna dos debates entre os sofistas e os filósofos na Grécia Antiga.

As críticas aqui direcionadas não visam desmerecer toda a contribuição que o desconstrucionismo forneceu a historiografia contemporânea, pois, se assim procedessem, se igualariam ao radicalismo com o qual os mais céticos se valem do relativismo como estratégia retórica nas Ciências Humanas. Momentos decisivos na historiografia aconteceram quando entraram em pauta as discussões sobre a dimensão discursiva da história e sobre o lugar social que o historiador ocupa ao fazer/escrever história. Porém, em tempo de crises, das mais diversas ordens, é necessário agora uma série de reflexões sobre os excessos cometidos pelos relativistas em seus cultos a dessacralização do saber.

Também se torna importante frisar que, mesmo sendo categorias narratológicas diversas, literatura e história podem se entrecruzar, principalmente na escrita memorialística e de testemunho, pois sendo gêneros diferentes isso não implica que são opostos um ao outro. Pode-se perceber que nunca houve uma forma de ficção pura: historiadores e literatos, apesar de construírem modalidades textuais diferentes,

não abrem mão de certas pretensões cognitivas, no tocante a representação da vida social, embora partindo de interesses nem sempre convergentes

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero?. In: **História:** A arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

_____. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004. (pp. 79-100)

BLACKBURN, Simon. Nietzsche: o astuto desmascarador. In: **Verdade:** um guia para perplexos. Tradução de Mariliene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (pp. 127-74).

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Marlo Laranjeira. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRES, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. (p. 65-119)

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (pp. 143-80).

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: **Nietzsche:** vida e obra. Tradução de Rubens Figueiredo Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (pp. 51-60)

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e desconstrução nas Américas. In: ____. (org.**). Do positivismo a desconstrução:** idéias francesas na América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia da Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.